

O que falta para sair o dinheiro

por Tom Camargo

de Londres

(Continuação da 1ª página)

de que faltam assinaturas ou detalhamento de aspectos legais, motivos que determinariam este novo atraso no programa brasileiro.

Eles observam que todos os empenhos ("commitments") já estavam feitos através de telex ou cartas "chaveadas" (cifradas), tanto que o BC e o comitê assessor decidiram encerrar o processo de coleta de adesões.

Assim, mesmo que alguns dos cerca de 650 bancos envolvidos (dos pretendidos 800) ainda não tivessem assinado os contratos, já deveria haver suficiente quantidade de recursos para compor os primeiros US\$ 3 bilhões do empréstimo.

Um dos banqueiros fez notar que a atual espera conflita com o consenso obtido em torno de uma outra importante parte da operação. Trata-se do acerto de fazer o desembolso desta parcela de US\$ 3 bilhões em um período de 45 dias, ao ritmo de US\$ 1 milhão cada 15 dias. "O desencaixe era muito pesado, por isso a fórmula foi necessária." Se há divergências quanto ao prazo de pagamento, não há desacordo quanto aos fatores que podem justificar a espera.

Do ponto de vista técnico, o mais mencionado é mesmo a falta de pelo menos US\$ 1 bilhão do pacote como

um todo, dinheiro referente ao empréstimo comercial de US\$ 2,5 bilhões a ser provido por governos. Como só o norte-americano se comprometeu com US\$ 1,5 bilhão, franceses, ingleses, japoneses, alemães, holandeses e italianos (para citar os principais) estariam devendo uma resposta.

"Após haver consultado as autoridades competentes, posso dizer que US\$ 2,5 bilhões seria montante a vir de agências oficiais de financiamento", dizia um telex do FMI, assinado por Jacques de Larosière enviado aos bancos comerciais no dia 12 de outubro último. "Estou fazendo todo o esforço para conseguir essa quantia (...) precauções devem ser tomadas no sentido de assegurar que estes créditos constituam financiamento adicional e não meras reposições de créditos de importação existentes."

É certo que pelo menos três países importantes não aderiram, nem por escrito nem verbalmente, a esta peça-chave do programa.

RESISTENCIAS

O da Grã-Bretanha, ainda ontem, mantinha posição, explicitada tempos atrás, de que, se viesse a entrar no empréstimo de US\$ 2,5 bilhões, teria participação "negligível", para não mencionar o número zero.

Em parte, estas reticências teriam sido avivadas por uma aproximação desastrada do comitê asses-

sor, tempos atrás, no sentido de "flexibilizar" as participações oficiais.

Ao Eximbank, que funciona como banco de fomento para a exportação de bens de capital — e é controlado pelo Congresso —, ter-se-ia pedido um virtual "cheque em branco" para ser gasto até 1989.

Aos europeus e japoneses ter-se-ia feito a sugestão de entrar com o dinheiro sob a

forma de pré-financiamento e financiamento de operações comerciais. Com isso, recursos para financiamento a longo prazo, sob a forma de "suppliers credits" — isto é, implicando a importação de produtos e serviços pelo Brasil —, se transformariam em dinheiro vivo, para comprar desde petróleo até outros itens essenciais.

Trocando em miúdos, em

vez de emprestar, mas de ter encomendas como contrapartida, estes países teriam de fazer o que se chama de "ajuda financeira direta".

VOLTA AO MERCADO

O nível da inflação (um dos banqueiros calculou para fevereiro uma taxa não expurgada de 11%), a falta de controle sobre a política monetária e outros problemas levantados pelo

FMI estariam mantendo as burras fechadas. "Voltemos a uma situação algo nebulosa", disse uma das fontes. "Mas agora também não vejo motivo para outra parada. Atinja ou não as metas-acertadas com o FMI, o Brasil estará de volta ao mercado ainda neste ano. Esperemos que seja por volta de setembro, e não em julho, como já se escuta falar."